



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

18/2022

PROPOSTA

N.º 2144/2022/DAF/DICONT/SERGEP

Realizada em

07/09/2022

DELIBERAÇÃO N.º

2983/2022

**ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DE INTENÇÃO DE EXERCER OU NÃO O DIREITO DE PREFERÊNCIA – RUA CAMILO CASTELO BRANCO, N.º 131 - 3º C E GAR. 16, EM SETÚBAL**

O Direito de Preferência, legal ou convencional, consiste grosso modo na atribuição ao seu beneficiário de primazia na transmissão onerosa. Este direito privado, está dependente da demonstração de manifestação de vontade em ser realizado nas mesmas condições que foram acordadas entre o sujeito obrigado à preferência e um terceiro.

Assim, considerando que,

Para manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência, por parte do Município de Setúbal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, na sua versão atualizada, constam no sítio da internet, “Portal CASA PRONTA”, os anúncios 124646/2022 e 124653/2022, dos quais são objeto os imóveis correspondentes às frações autónomas, designadas pelas letras AD e P, do edifício sito em Rua Camilo Castelo Branco, n.º 131 - 3º C e Gar. 16, em Setúbal, quanto à compra e venda conjunta dos mesmos imóveis, pelo valor total de 199 500,00€ (Cento e Noventa e Nove mil e Quinhentos euros) ;

e,

O referido prédio, encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 4348 - AD e P, e inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 15468 - AD e P, ambos da freguesia de S. Sebastião, destinado a Habitação e a estacionamento.

Analizadas as características do imóvel supra identificado, propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, delibere, nestas alienações, o Não Exercício do Direito de Preferência sobre os suprarreferidos imóveis, pelo valor total de 199 500,00€ (Cento e Noventa e Nove mil e Quinhentos euros).

Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por:

Votos Contra;

Abstenções;

Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

O PRESIDENTE DA CÂMARA